

Perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua de uma metrópole nordestina

Socioeconomic profile of street workers in a northeastern metropolis

Perfil socioeconómico de los trabajadores de calle en una metrópoli del noreste

Recebido: 27/10/2020 | Revisado: 01/11/2020 | Aceito: 10/11/2020 | Publicado: 25/11/2020

Francisco Alves de Queiroz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6233-6074>

Faculdade Adventista da Bahia, Brasil

Faculdade Capim Grosso, Brasil

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: franciscoqueirozz@gmail.com

Laumar Neves de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7739-1690>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: laumar.souza@unifacs.br

Renato Barbosa Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2045-112X>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: georeis@gmail.com

José Gileá de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7592-920X>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: josegilea@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores que atuam nas ruas do centro comercial da cidade. Traz respostas quanto às experiências com o trabalho dos comerciantes de rua, suas relações sociais e a contribuição que este segmento de trabalhadores dá a cidade de Feira de Santana. À vista disso, foram realizadas observações e estudos no perímetro urbano da cidade, as quais levaram a identificar as áreas de maior concentração de comerciantes nas vias públicas. Optou-se por uma pesquisa de campo com a aplicação direta de um questionário. O tratamento dos dados da pesquisa teve como parâmetro os estudos desenvolvidos pelo IBGE, DIEESE e OIT. Discute preliminarmente os aspectos conceituais

sobre a informalidade do trabalho de rua. Considera que o comércio de rua em Feira de Santana contribui para a contenção dos impactos de crises econômicas, na medida em que mantém renda para uma camada mais fragilizada da população feirense e também como opção de trabalho para trabalhadores de diversas cidades na região Nordeste.

Palavras-chave: Trabalhador de rua; Perfil socioeconômico; Metrôpole Nordestina.

Abstract

This article aims to analyze the socio economic profile of workers who act on the streets of a city's shopping center. Provides answers about the experiences with the work of merchants from Feira de Santana city. Observations and studies were carried out in the urban perimeter of the city, which lead to identification of areas with the highest concentration of merchants on public roads. Was opted for a field research with the direct application of questionnaire. The treatment of the research disse was based on the studies developed by IBE, DIEESE and OIT. Discussed preliminarily the conceptual aspects of the informality of street work. Considers that street commerce in Feira de Santana contributes to containing the impacts of economic crises, insofar as it maintains income for a weaker section of the feirenses population and also as a job option for workers in several cities in the Northeast region.

Keywords: Street worker; Socioeconomic profile; Northeastern Metropolis.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el perfil socioeconómico de los trabajadores que laboran en las calles del centro comercial de la ciudad. Brinda respuestas sobre las experiencias con el trabajo de los comerciantes ambulantes, sus relaciones sociales y la contribución que este segmento de trabajadores hace a la ciudad de Feira de Santana. Ante esto, se realizaron observaciones y estudios en el perímetro urbano de la ciudad, lo que permitió identificar las áreas con mayor concentración de comerciantes en la vía pública. Optamos por una investigación de campo con la aplicación directa de un cuestionario. El tratamiento de los datos de la investigación se basó en los estudios desarrollados por IBGE, DIEESE y OIT. Discute de forma preliminar los aspectos conceptuales sobre la informalidad del trabajo de calle. Considera que el comercio callejero en Feira de Santana contribuye a contener los impactos de las crisis económicas, en la medida en que mantiene ingresos para un estrato más frágil de la población de la región y también como una opción laboral para los trabajadores de varias ciudades de la región Nordeste.

Palabras clave: Trabajador de calle; Perfil socioeconómico; Metrópolis del nordeste.

1. Introdução

No Brasil, segundo IBGE (2019), dos 94,4 milhões de pessoas ocupadas, 40 milhões estão na informalidade, e dentro deste contexto, é possível observar um grande número de pessoas que estão trabalhando nas ruas das grandes cidades. Este fenômeno, além das questões estruturantes da economia brasileira, é também consequência da forte crise econômica que acometeu o país de 2014 a 2019, pois a redução do número de pessoas no mercado formal de trabalho, no período de 2015 a 2018, foi verificada em praticamente todos os setores da economia brasileira, excetuando-se apenas a Agroindústria. O número de pessoas com carteira assinada que era de 38,9 milhões, em 2014, caiu para 33 milhões em 2019, o que significa um decréscimo da ordem de 15% dos postos de trabalho formais (IBGE, 2019).

Em função desse contexto, muitos trabalhadores desempregados, na busca por uma alternativa de renda para garantir sua própria reprodução material, bem como das famílias a que pertencem, têm recorrido à subocupação, ao trabalho por conta própria e ao emprego sem carteira assinada, atividades definidas como integrantes da economia informal. “Classifica-se como ‘conta própria’ a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado, de membro da unidade domiciliar em que reside” (IBGE, 2008, p. 8).

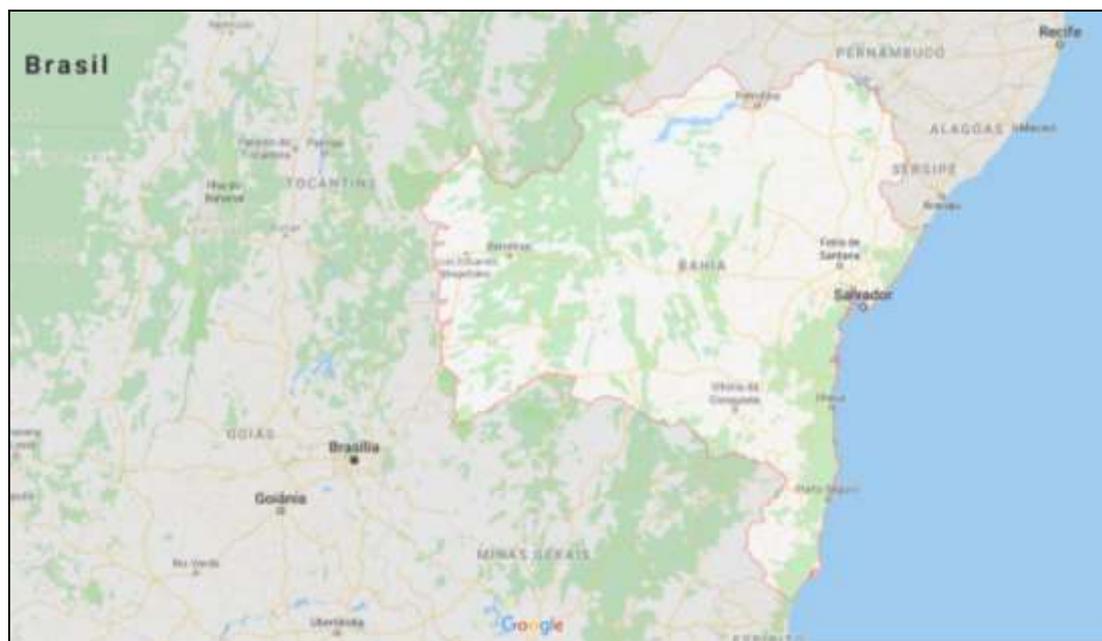
Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2018, existem no mundo cerca de 2 bilhões de pessoas na informalidade, o que representa 62% da força de trabalho mundial e no Brasil, o grau de informalidade é de 43% dos trabalhadores ocupados. Dentre as atividades econômicas informais, os comerciantes de rua têm relativo destaque quantitativo. Há registros no passado, de acordo com o Relatório da Economia Informal Urbana, 2006, (IBGE, 2006), que 28% dos empreendimentos informais atuavam em vias públicas, o que se denomina, neste artigo, como comerciantes de rua, trabalhadores de rua ou ambulantes. Certamente, no plano da economia feirense é perceptível a representatividade dessas atividades, especialmente quando se aponta a lente de análise para o setor de comércio.

Em Feira de Santana¹ (Figura 1), cidade interiorana da Bahia, local do objeto deste estudo, não há dados atuais sobre a informalidade, no plano dos municípios brasileiros não é

¹ As referências à cidade de Feira de Santana poderão ser feitas por extenso ou abreviadas como simplesmente Feira, F.de Santana ou FS, de modo a tornar a leitura mais ágil.

possível fazer esse tipo de análise, uma vez que inexistem pesquisas oficiais² sobre o mercado de trabalho com esse recorte espacial. No entanto, acredita-se que a cidade tenha acompanhado o cenário nacional, elevando o número de trabalhadores desocupados e dos ocupados na informalidade.

Figura 1 – Localização geográfica de Feira de Santana, 2019.



Fonte: Google Maps (2019).

Se, segundo a última pesquisa que se dispõe — o Censo Demográfico do IBGE, de 2010 — Feira de Santana, já apresentava um número expressivo quanto ao total de trabalhadores informais (138.574), em 2019, há algumas evidências que apontam que esse número tenha se elevado, são elas: 1) Os indicadores altistas de desemprego nacional e estadual; 2) a percepção do aumento de trabalhadores autônomos nas ruas da cidade; e, 3) a redução do número de empregos formais, saldo de negativo de 12.253, entre admissões e desligamentos de 2014 para 2018 (CAGED, 2019).

Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia, a maior cidade do interior do Nordeste, tem na informalidade forte concentração de mão de obra e, comparativamente a outras de seu porte e com outros municípios baianos, apresenta fraco desenvolvimento de empresas formais. Bem diferente de cidades similares como Uberlândia (MG), que tem

² A PNAD Contínua não é aplicada em Feira de Santana, o município e a cidade dispõem apenas de dados dos censos do IBGE que ocorrem de 10 em 10 anos, o último foi realizado em 2010. Por isso não há registros dos dados da informalidade em 2018.

605.000 habitantes, 22.447 empresas, 237.667 pessoas ocupadas, 36,1% da população e salário médio de 2,6 salários mínimos. Outra cidade que está à frente de Feira de Santana no número de empresas por habitante é Campina Grande na Paraíba, com 385.213 habitantes, com 108.880 pessoas trabalhando formalmente, 28,26% da população e média de remuneração de 2,1 salários mínimos. Feira de Santana, entretanto, tem média salarial de 2 salários mínimos e população ocupada formalmente, proporcionalmente inferior, 21,2% da população (IBGE, 2010).

É importante indicar que a escolha da referida cidade para a realização desta pesquisa se deu por diversas razões: A primeira, diz respeito ao fato de o município ser uma metrópole regional, que conta com uma população estimada em 609.913 habitantes, (IBGE CIDADES, 2019); a segunda, por ter números expressivos de pessoas atuando no comércio de rua, cerca de 13.000 pontos (AVAMFS, 2018); a terceira, no âmbito da dimensão e importância do tema para a cidade, que inclusive se originou de uma feira livre, estudos sobre a dinâmica do trabalho dos comerciantes de rua, na cidade, se fazem necessários pelas constantes transformações que ocorrem nessa população. Integra também, o conjunto de argumentos que justificam a presente investigação o fato de que, em que pese ser a informalidade uma questão crucial no contexto do mercado de trabalho nacional, ainda são escassas as iniciativas que procuram avaliá-la em algumas dimensões pormenorizadas, a exemplo da que faz parte da vida dos comerciantes de rua.

A população feirense é composta por pessoas oriundas de diversas cidades do interior baiano e nordestino, principalmente, e para aumentar ainda mais a diversidade étnica, percebe a presença de diversos povos de outros países. Acredita-se que tal migração seja devido a seu forte comércio de produtos importados no centro da cidade, pois é justamente ali que se nota a presença significativa de latino-americanos e principalmente de chineses.

E diante deste contexto, de crise econômica, de ampliação das relações informais de trabalho, das características de metrópole regional de Feira de Santana e da força que tem seu comércio de rua, este artigo busca analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores que atuam nas ruas do centro comercial da cidade. Esta pesquisa traz respostas quanto às suas experiências com o trabalho, suas relações sociais e a contribuição que este segmento de trabalhadores dá a uma importante região metropolitana³ do Estado Brasileiro.

³ Com 911 mil de habitantes e 19 bilhões de PIB (2017) a Região Metropolitana de Feira de Santana, é a 37ª do Brasil, de um total de 74 regiões metropolitanas (FNEMBRASIL, 2020).

2. Aspectos Metodológicos

Para retratar a realidade socioeconômica dos trabalhadores de rua em Feira de Santana, revela-se importante, esclarecer alguns aspectos metodológicos⁴. Os dados apresentados, são resultados de uma amostra estratificada, representativa, de 682 questionários aplicados, de um universo de 2975 trabalhadores de rua encontrados no mês de outubro de 2018, em contagem nas vias públicas do centro comercial de Feira de Santana.

O estudo foi realizado no Bairro Centro, Feira de Santana – BA, CEP 40301-110, Coordenadas 12°25'54" sul, 38°96'52" oeste. Os limites geográficos dessa área são: ao Norte, a Rua Carlos Valadares, do cruzamento com a Avenida Maria Quitéria até a rua São José e em seguida até a Avenida de Canal; ao Sul, a Rua Cristóvão Barreto, do início, na região do Cemitério Piedade até a Avenida Maria Quitéria; ao Leste, da Avenida Maria Quitéria, no cruzamento com a Rua Cristóvão Barreto até o cruzamento com a Rua Carlos Valadares; e ao Oeste, a Avenida de Canal, do cruzamento com a Rua São José até o entroncamento com a Rua Dr. João Evangelista, e desse ponto, até a região do Cemitério Piedade. (Ver Figura 2).

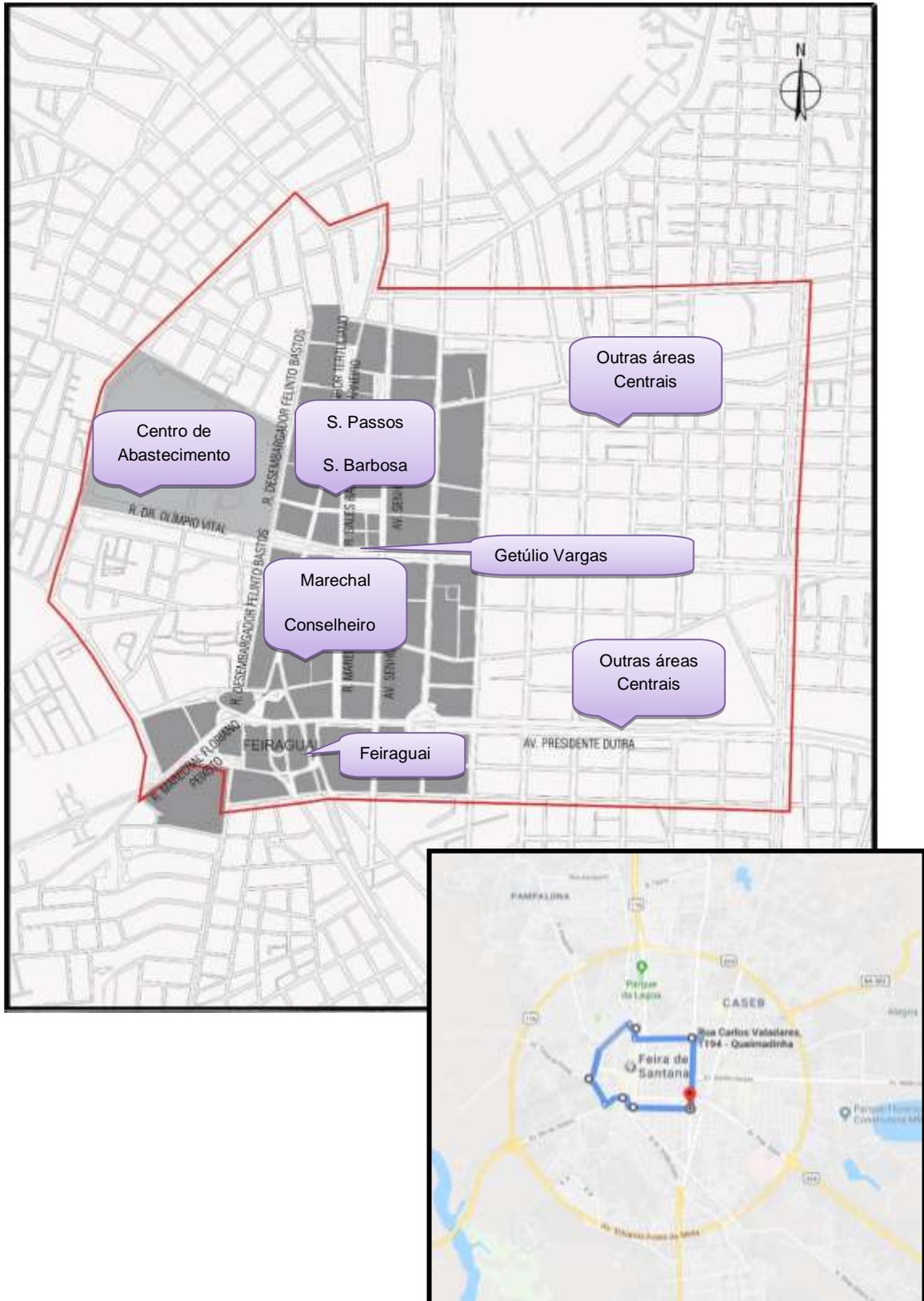
A pesquisa de campo ficou restrita a esses limites, por ser a região de maior fluxo de pessoas e concentração de comércios da cidade, como em outras cidades comerciais, é na região central que se encontra o maior número de comerciantes de rua. Para a definição da pesquisa, às áreas foram divididas por suas características geográficas e ocupação cultural do espaço urbano, respeitou-se as identificações e nomenclaturas utilizadas pelos trabalhadores, transeuntes e poder público.

Para definição do local a ser pesquisado e da composição da amostra, foram realizadas observações e estudos no perímetro urbano de Feira de Santana, as quais levaram a identificar as áreas de maior concentração de comerciantes nas vias públicas da cidade⁵. Tais informações foram confrontadas e confirmadas com os dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS, 2018).

⁴ Os questionários aplicados, blocos 1 e 2 foram extraídos de um estudo realizado pelo DIEESE em 2017, sobre os trabalhadores de rua de Porto Alegre.

⁵ O IBGE (2005) define comerciantes em via pública – empreendimento que não é estabelecido em local apropriado e cujas atividades são desenvolvidas em via ou área pública.

Figura 2 – Delimitação da área de estudo (linha vermelha), Bairro Centro, Feira de Santana, 2018.



Regionalização própria (2018).
Fonte: UFBA/IBGE/Google Maps (2018).

Para a composição das bases estatísticas e dos instrumentos de coleta de dados, usou-se como parâmetros três significativos estudos: o primeiro realizado pelo IBGE, um em 1997 e outro em 2003, ambos denominados como Pesquisa da Economia Informal Urbana; o segundo por Pamplona (2002), em uma pesquisa do comércio de rua na cidade de São Paulo; e o terceiro, realizado pelo DIEESE em 2012, intitulado Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre.

São apresentados os resultados de um bloco do questionário colhido numa pesquisa de campo, que contou com 15 perguntas, buscando compreender o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua do município de Feira de Santana. Trata-se de um levantamento sobre questões sociais, culturais, educacionais e econômicas daqueles que produzem o comércio de rua.

As expressões incorporadas nesta pesquisa, tais como “trabalhadores de rua”, “comerciantes de rua” e “ambulantes” são utilizadas de forma equivalente. Essas definições são designadas ao sujeito normalmente autoempregado⁶ que esteja trabalhando nas vias públicas da cidade. Segundo Pamplona (2004, p. 313) os comerciantes de rua podem ser:

a) efetivos – são os ambulantes propriamente ditos, pois exercem sua atividade carregando junto ao corpo seus produtos ou equipamento e estão em circulação; b) de ponto móvel – são aqueles que exercem a atividade com a ajuda de veículos automotores, ou outros veículos, ou, ainda, que apresentam equipamento desmontável e removível; c) de ponto fixo – são os que exercem sua atividade em barracas não removíveis em locais previamente designados.

Normalmente, de acordo com Pamplona (2004) os trabalhadores de rua comercializam serviços e produtos de diversos fabricantes, formais e informais, ou até mesmo de fabricação própria. A atividade econômica desenvolvida na rua, pode ou não ser feita com autorização do poder público.

É importante assinalar que esta pesquisa foi inspirada fundamentalmente em dois trabalhos congêneres: um patrocinado pelo Instituto Moreira Sales, em São Paulo, nos idos de 2004; e outro levado a termo pelo DIEESE em Porto Alegre, em 2012. No entanto, cabe assinalar que o presente estudo se constitui, por assim dizer, em um aprofundamento desses dois estudos, na medida em que, ele incorpora um conjunto muito mais ampliado de variáveis

⁶ O autoemprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente: controla seu processo de trabalho; fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; não tem renda previamente definida; tem por objetivo primordial prover seu próprio emprego (meio de subsistência), e não valorizar seu capital (acumulação de capital) (PAMPLONA, 2001, p. 78).

e cruzamentos, os quais permitem que se tenha uma visão mais completa da realidade dos trabalhadores ambulantes do comércio de rua de Feira de Santana.

Como forma de tratamento dos dados da pesquisa, lançou-se mão dos parâmetros de desenvolvimento definidos pelo IBGE, PNUD e OIT, tendo as médias dos indicadores do Estado da Bahia e do Brasil como parâmetros de comparação para Feira de Santana. A análise qualitativa elegeu duas categorias, as percepções da informalidade definidas pela OIT e pelo IBGE; a realidade socioeconômica dos trabalhadores de rua, apontada pelo questionário de pesquisa em anexo.

3. Aspectos Conceituais sobre a Informalidade do Trabalho nas Ruas de uma Grande Cidade

A maior densidade da informalidade se dá no meio urbano, então foi necessário buscar as razões e consequências dessa relação. Nessa busca, foi realizada uma associação da contribuição de diversos autores e pesquisadores sobre a informalidade brasileira ser, predominantemente, um fenômeno urbano. E neste sentido buscou-se sugestões para investigação do comportamento humano na cidade.

Max Weber, salienta que a abordagem sobre o objeto cidade requer uma unidade e coerência e focalizar os problemas e processos de maneira mais integrada e sistemática, ou seja, o urbanismo como forma de organização social. Compreender esta definição é necessário para compreender as relações de trabalho na cidade e, principalmente, o fenômeno da informalidade no trabalho nas ruas de Feira de Santana.

Velho (1967) apresenta o autor Paul-Henry Chombart de Lauwe, que trata da organização social do meio urbano e relata que para constituir tal análise é necessário compreender os problemas de migração e de contato entre as culturas diferentes nos meios sociais das aglomerações. Caminhando neste sentido, é importante dar atenção à migração de pessoas no Brasil e principalmente na cidade objeto deste estudo, pois é um fator importante na produção de postos de trabalho e também de moradias informais nas grandes cidades.

As cidades, principalmente as maiores, atraem um fluxo de pessoas de regiões satélites, muito por conta de sua função, que segundo o conceito e categorias da cidade de Max Weber, as cidades têm uma função econômica e comercial (Weber, 1967). Serve de alternativa na busca por sobrevivência dos homens do campo, ou de cidades pequenas, que migram para as grandes cidades para vender sua força de trabalho. No entanto, os postos de

trabalho formais, não são suficientes para as pessoas já existentes na cidade e o aumento da aglomeração provoca a busca por mecanismos informais de trabalho.

Velho (1967, p. 26), traz uma observação teórica interessante para a compreensão da informalidade, “a cidade é o habitat natural do homem civilizado [...]. O homem proeminente da segunda geração é um animal construtor de cidades”. Na obra *Fenômeno Urbano*, o homem civilizado, urbano, é objeto de investigação. Nessa pesquisa, o comportamento, as opções, consequências e os fatores que levaram o homem urbano a exercer a informalidade no trabalho, como atividade econômica e as consequências disso são variáveis a serem investigadas, numa tentativa de contribuir para as explicações já existentes do fenômeno.

Difícil tratar de um fenômeno na atualidade, sem recorrer a David Habermas (1993) e também a Robert Castel (1998). Habermas tem suas pesquisas focadas particularmente sobre o estudo das cidades – as análises sobre as implicações econômicas, sobre a arquitetura das cidades e as noções de espaço-tempo. Robert Castel menciona o retorno das “classes perigosas”, a exclusão do trabalho, que antes era algo momentâneo e agora passa a ser encarado como algo definitivo, uma condenação do trabalhador “a permanecer economicamente inativo” e isso classifica tais inativos como elimináveis. Os desempregados ficam diante da subclasse dos permanentemente excluídos. Assim, a produção de informalidade seria algo permanente e contínuo, esta afirmação é paradoxal e dialética. Essas definições precisam ser debatidas, pois a informalidade nasce da exclusão do trabalho e nessa condição de informal, o trabalhador volta a ser parte integrante do sistema, indivisível, necessário e indissociável.

Não seria possível fazer um estudo sobre informalidade, sem a noção de espaço e das relações sociais do espaço urbano brasileiro. Assim esta pesquisa recorre a Milton Santos (1979), como referência inicial, partindo do conceito de espaço, da instância econômica e da instância cultural-ideológica. É necessário interpretar e entender as diferenças entre os lugares, sua organização e as crises resultantes do processo de organização e “modernização”. “[...] o mundo é um conjunto de possibilidades e não apenas um conjunto de realidades”, Santos (1979, p. 55). Essa é uma preocupação com os aspectos econômicos como determinantes da formação “sócio-espacial”, numa compreensão do espaço humano que considera a urbanização como resultado de um estágio das formas de organização do espaço.

Segundo Santos (1979), o espaço urbano é organizado em circuito superior e inferior. O circuito superior é caracterizado pelo capital abundante e tecnologias avançadas de produção, mão de obra completamente assalariada, comércio varejista moderno, conjuntos industriais, comércio de exportação, bancos, dependência ao setor econômico e cultural

externo, representada por modelos educacionais, multinacionais, joint ventures e conglomerados internacionais. A essas características Milton Santos associa a ocupação do espaço e do equipamento urbano e sua localização periférica, buscando utilizar instalações e áreas fora do perímetro urbano e incluírem, depois de ocupadas, no circuito superior. Um importante elemento ligado e a serviço do circuito superior é o Estado, que desenvolve as políticas necessárias ao desenvolvimento do mesmo, através de financiamentos, doações, facilitações de crédito, isenções de impostos e principalmente, fornecedor de infraestrutura. À medida que tais políticas vão sendo implementadas se evidencia que o Estado perde sua característica de público e coletivo e se coloca cada vez mais a serviço do circuito superior.

A informalidade se manifesta principalmente no que Santos (1979) chama de circuito inferior, espaço caracterizado por subemprego, desemprego e terceirização, alta precarização das relações de trabalho no acolhimento das pessoas expulsas do campo. A característica fundamental é a pobreza, campo e cidade, composta de uma população de explorados e oprimidos, não econômica e politicamente marginal. O trabalho informal compreende uma produção de baixa produtividade, manufatureiro e artesanal, diversos comércios pequenos e uma diversidade de serviços de baixa qualidade, trabalho em casa e vendedores de rua. Atividades econômicas sem controle contábil, de custos, sistema de negócios arcaicos e diversos equipamentos de baixa qualidade. O circuito superior tem o crédito como estímulo à produção, no circuito inferior o crédito atende às necessidades de consumo. No inferior, há uma dependência de intermediadores de serviços e produtos, principalmente do crédito. Nas atividades informais o mais importante é a sobrevivência e não o lucro.

Santos (1979) considera que a organização dos dois espaços, inferior e superior, tem atividades macro organizadas que geram tendências à integração econômica e relações centro-periferia. E ainda que, a dialética espacial, neste cenário, é representada pelo domínio do espaço e conquista de mercados pelo circuito superior e reclamações de espaços, sociais e políticos do circuito inferior. O referido autor ainda enfatiza que a organização do espaço é uma função que deriva da estrutura produtiva e do empobrecimento na periferia. Uma questão importante é admitir a incapacidade do modelo planificador em lidar com estas formas e abrir um canal de comunicação entre os dois circuitos e melhorar as condições de vida dos indivíduos presentes nesse espaço.

A obra de Milton Santos trata da pobreza provocada pela organização e utilização dos equipamentos urbanos numa perspectiva da Geografia Econômica, o que vai ajudar na compreensão dos fatos sociais e da discussão das relações do homem com meio ambiente

primitivo, com o meio ambiente construído e com a modificação que o homem produz da natureza.

Este tópico recorreu a diversos autores e a OIT para compreender e desvelar a dinâmica da absorção informal de mão de obra nas ruas de Feira de Santana. Entendeu que por um lado é uma situação de trabalho precária, limita a arrecadação do Estado e, por outro, promove condições de trabalho, sobrevivência e desenvolvimento a uma grande massa de trabalhadores de baixa qualificação, expurgada do mercado de trabalho formal, que é o reflexo dos comerciantes de rua aqui estudados. Com o propósito de desvendar as nuances sociais do trabalhador de rua, origens, educação, etnia, segregações e situações domiciliares, a seguir será apresentado o perfil social do trabalhador de rua que atuam no centro comercial de Feira de Santana.

4. O Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores de Rua de Feira de Santana

Este capítulo e os seguintes, fazem uma análise dos resultados da pesquisa de campo e inicia um conjunto de repostas sobre o objetivo deste artigo sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua. A análise é fundamentada na apresentação dos dados do questionário aplicado e a comparação desses com os aspectos conceituais apresentados no capítulo teórico e com os dados encontrados nas pesquisas do DIEESE (2012) e de Pamplona (2004).

Utilizando primeiramente, os dados da Tabela 1, quando se observa a distribuição do conjunto de trabalhadores por gênero, vê-se que ele é formado majoritariamente por homens, 54%, enquanto que as mulheres somam 46% do total. Em uma análise acerca da declaração de cor de pele, há uma predominância de não brancos, com 81,38% dos casos, sendo que a cor preta é a mais representativa, com 50,59%, em seguida os pardos com 29,91%, os brancos representam apenas 16,86%. Numa observação cruzada de sexo por cor, a maior incidência é de homens negros com 27,71%, e a menor, de mulheres brancas, com apenas 7,62%.

Quando se investiga o padrão de escolaridade dos referidos trabalhadores, constata-se uma realidade preocupante, posto que 62,8% não chegaram a concluir o nível médio de ensino. Isto corrobora a exposto pela OIT e outros autores neste artigo em que a informalidade promove condições de trabalho, sobrevivência e desenvolvimento a uma grande massa de trabalhadores de baixa qualificação.

Ainda sobre os dados de escolarização, o grupo mais representativo desses trabalhadores são o de ensino fundamental incompleto, com 25,37% do total. É

imprescindível notar que o comércio de rua acolhe o trabalhador de baixa qualificação, mas devido ao cenário de desemprego agudo, já exposto aqui neste trabalho, também acolhe trabalhadores de média qualificação, sendo que 28,74% tem o ensino médio completo, e não é estranho em momentos de crise econômica, haver casos de pessoas ainda cursando o ensino superior, sendo 6,74%, e com ensino superior já completo a ocorrência de 1,76% do total dos trabalhadores entrevistados (Tabela 1).

Quanto à desagregação por sexo, o trabalho de rua nas vias públicas de Feira de Santana há indícios para fazer uma distinção de gênero. Há mais homens e estes, ganham mais. Do total dos entrevistados, 54% são homens e tem renda 26% a mais que as mulheres, que somam 46% da amostra. O rendimento médio mensal do trabalhador masculino é de R\$ 1.321 reais, e o feminino é de R\$ 1005 reais. Em média, a renda do trabalhador de rua é de R\$ 1.172 reais. Tais ganhos são superiores ao salário mínimo vigente em 2018, de R\$ 954 reais. Em relação à média do trabalhador formal, 2 salários mínimos, a renda do trabalhador de rua é inferior em 62,7%.

Seguindo a ordem do questionário aplicado, ao verificar a situação de moradia percebeu-se uma realidade positiva, que 70,53% dos comerciantes de rua entrevistados, tem residência própria, e desses, apenas 9,97% ainda estão financiando. Entre os interrogados, 11,88% moram em imóveis alugados e um dado mais alentador, em relação a moradia de risco, no qual, apenas, 0,44% habitam em domicílios ocupados, ponderando a informação em que, 5,7% da população de Feira de Santana, vivem em níveis de pobreza extrema, e ocupam áreas periféricas da cidade, os trabalhadores de rua estão distantes desta realidade. É importante salientar que dos domicílios próprios, 45,1% são de propriedade de mulheres e 54,9 % são de propriedade de homens.

Ainda se tratando de domicílio, mas agora considerando a posição do trabalhador de rua em relação à sua moradia, 61,58% são chefes de família, ou seja, o principal mantenedor da residência, 15,84% são cônjuges e 21,99% são filhos e apenas 0,59% são agregados. Numa análise cruzada de sexo por posição no domicílio, a Tabela 1 apresentou que, em relação aos 61,58% que são mantenedores, 35,92% são homens e 26,66% são mulheres.

A última observação a se fazer sobre a análise dos domicílios é em relação ao número de moradores por residência, a pesquisa revelou que 48% dos trabalhadores de rua habitam em casas com 3 a 4 pessoas, 21% em unidades com 5 a 6 pessoas, 18% moram com apenas uma pessoa e 9% moram só. Mas, observa-se a discrepância de 4,2% dos comerciantes de rua residirem em domicílios que moram até 20 pessoas. A média geral obtida foi de 3,6 pessoas por residência, um número próximo ao encontrado pela PNAD a nível de Brasil, 3 pessoas

por domicílio, e próximo aos resultados da Pesquisa do DIEESE, a respeito dos trabalhadores de rua em Porto Alegre, com média agrupada de 4 pessoas por domicílio.

Tabela 1 – Perfil social dos comerciantes de rua de Feira de Santana, 2018.

		Mascu- lino	Femi- nino	Total	Masculino	Feminino	Total	Total
					Frequência Relativa	Frequência Relativa	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Grau de instrução	Nunca frequentou a escola	13	8	21	1,91%	1,17%	3,08%	3,08%
	Ensino Fundamental incompleto	96	77	173	14,08%	11,29%	25,37%	28,45%
	Ensino Fundamental completo	45	25	70	6,60%	3,67%	10,26%	38,71%
	Ensino Médio incompleto	96	68	164	14,08%	9,97%	24,05%	62,76%
	Ensino Médio completo	86	110	196	12,61%	16,13%	28,74%	91,50%
	Ensino Superior incompleto	22	24	46	3,23%	3,52%	6,74%	98,24%
	Ensino Superior completo	6	6	12	0,88%	0,88%	1,76%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Cor de pele / raça	Preta/Negra	189	156	345	27,71%	22,87%	50,59%	50,59%
	Parda	104	100	204	15,25%	14,66%	29,91%	80,50%
	Indígena	4	2	6	0,59%	0,29%	0,88%	81,38%
	Amarela	4	8	12	0,59%	1,17%	1,76%	83,14%
	Branca	63	52	115	9,24%	7,62%	16,86%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
	Situação do domicílio	Próprio - Já pago	227	186	413	33,28%	27,27%	60,56%
Próprio - ainda pagando		37	31	68	5,43%	4,55%	9,97%	70,53%
Alugado		81	79	160	11,88%	11,58%	23,46%	93,99%
Cedido		16	20	36	2,35%	2,93%	5,28%	99,27%
Ocupado		1	2	3	0,15%	0,29%	0,44%	99,71%
Não declarado		2	0	2	0,29%	0,00%	0,29%	100,00%
Total		364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Situação conjugal	Casado / União consensual	156	128	284	22,87%	18,77%	41,64%	41,64%
	Solteiro(a)	178	142	320	26,10%	20,82%	46,92%	88,56%
	Separado(a) /Divorciado(a)	21	27	48	3,08%	3,96%	7,04%	95,60%
	Viúvo(a)	6	20	26	0,88%	2,93%	3,81%	99,41%
	Não declarado	3	1	4	0,44%	0,15%	0,59%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Religião	Católico	159	154	313	23,31%	22,58%	45,89%	45,89%
	Protestante/Evangélico	99	100	199	14,52%	14,66%	29,18%	75,07%
	Espirita/Kardecista	4	5	9	0,59%	0,73%	1,32%	76,39%
	Candomblé/Umbanda	8	12	20	1,17%	1,76%	2,93%	79,33%
	Sem Religião	82	41	123	12,02%	6,01%	18,04%	97,36%
	OUTRA	12	6	18	1,76%	0,88%	2,64%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	54,11%	
Posição no domicílio	Chefe (principal mantenedor)	245	175	420	35,92%	25,66%	61,58%	61,58%
	Cônjuge	58	50	108	8,50%	7,33%	15,84%	77,42%
	Filho	59	91	150	8,65%	13,34%	21,99%	99,41%
	Outros	2	2	4	0,29%	0,29%	0,59%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100%	

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

No entanto, entre o grupo de comerciantes de rua, encontrou-se em Feira de Santana, situações que não foram vistas na pesquisa de Porto Alegre, no relatório de pesquisa, o DIEESE (2012), não registrou ocorrências de domicílios com mais de 6 moradores, enquanto que, o levantamento desta pesquisa, revelou casos de unidades superlotadas, com de 10, 12, 15 e até 20 pessoas morando.

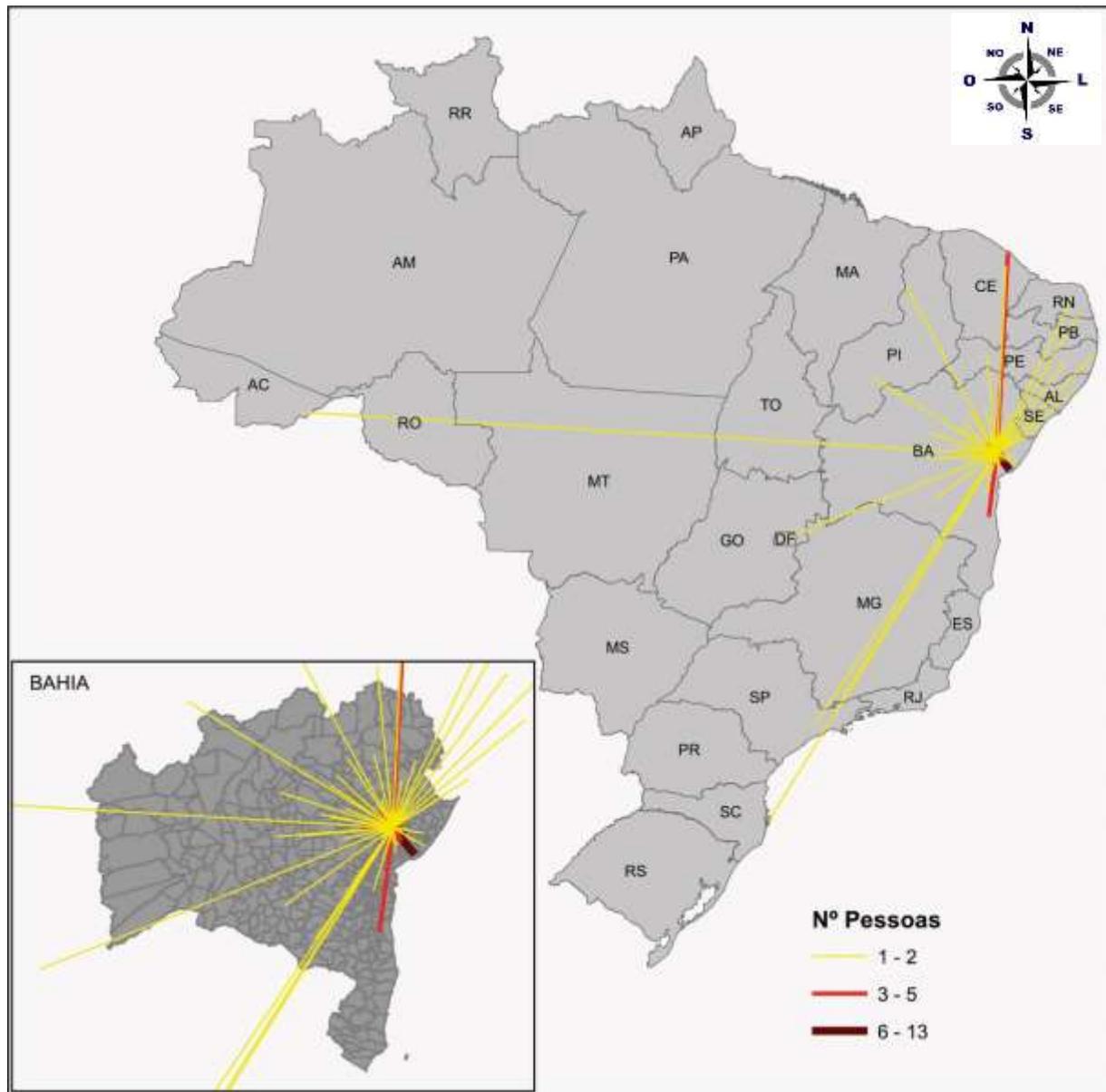
Para finalizar a análise da Tabela 1, observou-se que a predominância quanto à religião são de católicos (46%), seguido dos evangélicos (29,1%), e de pessoas que se declararam sem religião (18%), e outras religiões somaram 6,9%. No tocante a situação conjugal, 41,64% são casados, 46,92% são solteiros, 7,04% separados e 3,81% viúvos. Ademais, em relação a progênie, 31% dos trabalhadores de rua não tem filhos, 22% tem 1 filho, 23% tem 2 filhos, 12% tem 3 filhos, 5,2% tem 4 filhos e, 2,1% dos trabalhadores de rua tem 5 filhos. Nesse sentido, salienta-se o quanto foi importante a ausência de anos de estudos, uma vez que se escancarou casos de pessoas com 11, 12, 13 e até 14 filhos. Ou seja, 4% dos trabalhadores de rua tem entre 6 a 14 filhos, um número preocupante devido diminuição da renda per capita. Numa visão geral, a média de filhos por trabalhadores de rua é de 2,45 filhos por pessoa.

Nesta parte foi realizado uma primeira parte da análise do perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua. Em suma, apesar da visualização de um grande contingente de mulheres trabalhando, mas a maioria dos proprietários são homens, negros e com baixa escolaridade, com rendimento médio em R\$ 1.172 e são, em sua maioria, chefes de famílias.

5. A Origem das Pessoas que Trabalham nas Ruas de Feira de Santana

Continuando a discorrer analiticamente sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua, agora será abordado o aspecto da migração, algo que já foi indicado aqui, por Weber (1967) e Velho (1967), como fator importante na produção de postos de trabalho. O município de Feira de Santana é um forte entreposto comercial, entroncamento de importantes rodovias federais e estaduais. Uma metrópole regional, que atrai pessoas de todas as regiões circunvizinhas. Sendo assim, já se esperava que o mercado de rua, representasse características cosmopolita e de riqueza cultural. Mas, a pesquisa revelou proporções ainda maiores da diversidade de origens, (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de fluxo de pessoas que migraram para Feira de Santana e trabalham no comércio de rua.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Entre os trabalhadores de rua, é preciso evidenciar que do total de 682 pessoas entrevistadas, 146 são oriundas de outras regiões, mais precisamente, foram encontradas pessoas de 110 naturalidades diferentes, provenientes de 12 estados brasileiros, pessoas de diversas partes do Nordeste e de outras regiões do país – Sudeste, Centro-oeste e Norte – e até de 8 países, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Nigéria, China e até Portugal.

Antecedendo a análise da Figura 3, referente ao mapa de fluxo da emigração de trabalhadores de outras origens para Feira de Santana, ressalta-se que a descrição da legenda

ocorre em ordem crescente de fluxo, quanto mais espessa a linha, maior contingente de emigrantes, e em relação a cor, quanto mais escura, maior densidade de fluxo. Aliado a espessura e cor das linhas traçadas no mapa, foi observado por quais rodovias as pessoas migraram para a cidade, e de quais direções vieram, levando em consideração os sentidos referentes aos pontos cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste).

Segundo as linhas traçadas no mapa, as regiões que ofertaram os maiores números de emigrantes, foram as que ficam ao Norte de Feira de Santana, com destaque para a linha vermelha que vem do estado do Ceará, este conjunto de linhas representa 30,1% do total de retirantes. Dessas, realçam-se a região do Sisal, que se inicia na cidade de Serrinha e vai até os estados do Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. As pessoas da parte do Sertão Nordestino, referente a região do Baixo São Francisco, que se inicia em Paulo Afonso-BA, passa pelas divisas de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, vieram pela BR 116 Norte que, inclusive, é a rota das pessoas que migraram dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. E para finalizar a observação dos comerciantes que vieram da direção Norte, nota-se também, o fluxo de emigrantes que vieram pela BR 101, áreas próximas ao litoral nordestino.

O conjunto de linhas que ficam nas rotas do Sul ao Oeste de Feira de Santana têm o segundo maior fluxo de origem de emigrantes, com 28,1% do total. Na Figura 3, estes fluxos migratórios vieram principalmente pelas BRs 101 e 116 sul, esta última ainda recebe o fluxo das BR 030 e BR 349, o destaque dessa rota é uma linha vermelha mais espessa que vem da região da região do Recôncavo Baiano. Por estas direções, vieram pessoas da cidade de Brasília, dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e de diversas cidades baianas⁷ que ficam margeadas nessas rodovias. Na parte mais a Oeste de Feira de Santana, tem a mais extensa rodovia em solo baiano, a BR 242, rota pela qual veio uma aglomeração de pessoas para atuarem nas vias públicas do centro desta cidade, vieram da Região Norte do país, da cidade de Barreiras, Seabra, Itaberaba, entre outras cidades da região da Chapada Diamantina.

As cidades⁸ que estão ao Nordeste de Feira de Santana, nos Territórios de Identidade do Piemonte da Chapada Diamantina e Bacia do Jacuípe, conforme a Figura 3 são da terceira região que mais forneceram trabalhadores para as ruas da cidade, 19,9% do total. As vias condutoras destes emigrantes foram as rodovias BR 324 Norte e a BA 052 (Estrada do

⁷ Cidades margeadas ou próximas a BR 101: Gandú, Governador Mangabeira, Itabuna, Itajuba, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos. Cidades margeadas ou próximas a BR 102: Antônio Cardoso, Santo Estevão, Jequié, Vitória da Conquista.

⁸ Mairí, Mundo Novo, Gavião, Ichú, Jacobina, Piauí, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, São José do Jacuípe, Saúde e Senhor do Bonfim.

Feijão). Por fim, é necessário dar destaque as pessoas quem vem da RMS e pela BR 324 Sul, que é a localidade que concentra a linha mais densa de emigrantes de um mesmo percurso. E, ainda há registro de emigrantes estrangeiros⁹ que trabalham nas ruas de Feira de Santana, compondo 2,8% do total do levantamento em relação ao fluxo de migração.

Diante de tal, considera-se que o trabalho de rua em Feira de Santana é de grande variedade, riqueza cultural e alternativa de renda para pessoas de diversas localidades. Sendo assim, e compreendendo a função econômica e comercial que as cidades exercem (Weber, 1967), e que a organização social do meio urbano sofre contribuições do encontro de diferentes culturas através da migração (Velho, 1967), pode-se afirmar que Feira de Santana alimenta as expectativas de trabalho para pessoas desempregadas de diversas partes do Estado, e se modifica, econômica e geograficamente, com a interação de novas culturas e saberes trazidas por essas pessoas.

6. Quanto Ganham os Trabalhadores de Rua

Depois de ter realizado toda essa apresentação do fluxo migratório, entende-se que foi dado conta, nas seções anteriores, das características descritivas do perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua. Neste momento, inicia-se outra etapa, uma análise das condições econômicas desses comerciantes de rua, a renda auferida da ocupação, a renda familiar e o acesso a bens e serviços. De início será utilizado, para tal empreitada, a Tabela 2 que ajudará compreender a posição da renda desses trabalhadores em relação aos outros ocupados no mercado de trabalho e a segregação por renda, cor de pele e sexo.

No que concerne a renda dos trabalhadores de rua, no tocante às médias de outras ocupações, os dados mostram que em relação aos trabalhadores formais do comércio da cidade, os rendimentos da rua é representativo, pois o salário dos comerciários¹⁰, em 2018, era inclusive, um pouco menor, no valor de R\$1.150 reais mensais, do que a renda dos trabalhadores de rua, que em média era de, R\$1.174,98. Em relação ao salário mínimo vigente, de R\$ 954,00, a diferença era mais expressiva, R\$ 220,98 reais, 23% de diferença. Contudo, no que tange uma comparação com a média de salário dos trabalhadores formais da cidade, medida pelo IBGE, de 2 Salários Mínimos correspondente a R\$1.908, os trabalhadores de rua recebem em média, 62% a menos.

⁹ É necessário destacar que, não foi possível capturar um número mais preciso de imigrantes estrangeiros, pois, quase todos eles, que estão nas ruas, trabalham na clandestinidade, e se recusaram a responder o questionário.

¹⁰ Salário aprovado em convenção entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores do comércio em 2017.

Tabela 2 – Renda dos trabalhadores de rua, por sexo e cor/raça, 2018.

Sexo	Cor/Etnia	Quantidade	%	Renda Média
Masculino	Branca	63	9,24%	1.930,79
	Preta	189	27,71%	1.222,67
	Amarela	4	0,59%	1.493,50
	Parda	104	15,25%	1.086,42
	Indígena	4	0,59%	1.134,00
	Total	364	53,37%	1.308,30
Feminino	Branca	52	7,62%	1.125,85
	Preta	156	22,87%	1.026,09
	Amarela	8	1,17%	1.018,50
	Parda	100	14,66%	955,16
	Indígena	2	0,29%	1.431,00
	Total	318	46,63%	1.022,37
Renda Média		682	100%	1.174,98

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Analisando a Tabela 2, ainda detalhando a questão da renda, verifica-se certas discrepâncias dentro da realidade econômica entre os comerciantes de rua, principalmente, quando se compara a renda conquistada entre homens e mulheres. É evidente que as mulheres obtêm uma renda inferior em relação os homens, cerca de 26% a menos. A partir dessa percepção, conclui-se que este dado confirma o processo de discriminação das mulheres no mercado de trabalho, que nem mesmo no âmbito da informalidade, esse traço discriminatório é superado.

Quando se estratifica a questão da renda pela cor/raça dos indivíduos, nota-se que dentre esses trabalhadores, a população negra tem um rendimento muito menor. Os homens brancos (9,24% do total de trabalhadores) recebem uma renda média de R\$ 1.930, tal valor é 57,9% maior do que os R\$ 1.222, que recebe o homem negro (27,71% dos trabalhadores). Por sua vez, as mulheres negras (22,87% do total) e as brancas (7,62%) tem a mesma renda, R\$ 1.026, e sofrem ainda mais discriminação, ganhando cerca de 88% a menos do que o homem branco.

Tabela 3 – Rendimento dos trabalhadores do comércio de rua de Feira de Santana por escolaridade, renda, sexo e cor/raça, 2018.

	Escolaridade							Qtde. de trabalhadores	% Total da Renda	
	Nunca frequentou a escola	Ensino Fundamental incompl.	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompl.	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo			
Renda Pessoal	até 1/2 SM	7,69%	33,65%	9,62%	22,12%	17,31%	7,69%	1,92%	104	15,25%
	de 1/2 a 1 SM	2,31%	24,23%	9,62%	23,46%	35,38%	4,62%	0,38%	260	38,12%
	de 1 a 2 SM	0,61%	22,42%	13,94%	24,24%	27,27%	8,48%	3,03%	165	24,19%
	de 2 a 3 SM	0,00%	23,33%	8,33%	23,33%	35,00%	8,33%	1,67%	60	8,80%
	de 3 a 5 SM	0,00%	13,33%	6,67%	33,33%	26,67%	13,33%	6,67%	15	2,20%
	de 5 a 10 SM	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%	4	0,59%
	> 10 SM	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1	0,15%
	Não Responderam	8,22%	28,77%	8,22%	28,77%	20,55%	4,11%	1,37%	73	10,70%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%	
Renda Familiar	até 1/2 SM	9,68%	32,26%	6,45%	19,35%	16,13%	12,90%	3,23%	31	4,55%
	de 1/2 a 1 SM	4,52%	31,61%	9,68%	19,35%	31,61%	1,94%	1,29%	155	22,73%
	de 1 a 2 SM	1,06%	25,93%	13,76%	26,46%	25,40%	6,35%	1,06%	189	27,71%
	de 2 a 3 SM	0,00%	19,81%	9,43%	24,53%	33,96%	9,43%	2,83%	106	15,54%
	de 3 a 5 SM	0,00%	21,31%	13,11%	18,03%	34,43%	13,11%	0,00%	61	8,94%
	de 5 a 10 SM	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%	33,33%	44,44%	11,11%	9	1,32%
	> 10 SM	0,00%	25,00%	0,00%	25,00%	0,00%	0,00%	50,00%	4	0,59%
	Não Responderam	7,09%	23,62%	7,09%	30,71%	26,77%	3,94%	0,79%	127	18,62%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%	
Sexo	Masculino	3,57%	26,37%	12,36%	26,37%	23,63%	6,04%	1,65%	364	53,37%
	Feminino	2,52%	24,21%	7,86%	21,38%	34,59%	7,55%	1,89%	318	46,63%
	Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%
Cor de pele	Branca	0,87%	18,26%	13,04%	20,00%	33,91%	10,43%	3,48%	115	16,86%
	Preta/Negra	3,48%	28,99%	10,72%	26,38%	24,06%	4,93%	1,45%	345	50,59%
	Amarela	0,00%	8,33%	0,00%	16,67%	58,33%	16,67%	0,00%	12	1,76%
	Parda	3,92%	25,00%	8,33%	22,55%	31,86%	6,86%	1,47%	204	29,91%
	Indigena	0,00%	0,00%	16,67%	33,33%	33,33%	16,67%	0,00%	6	0,88%
	Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

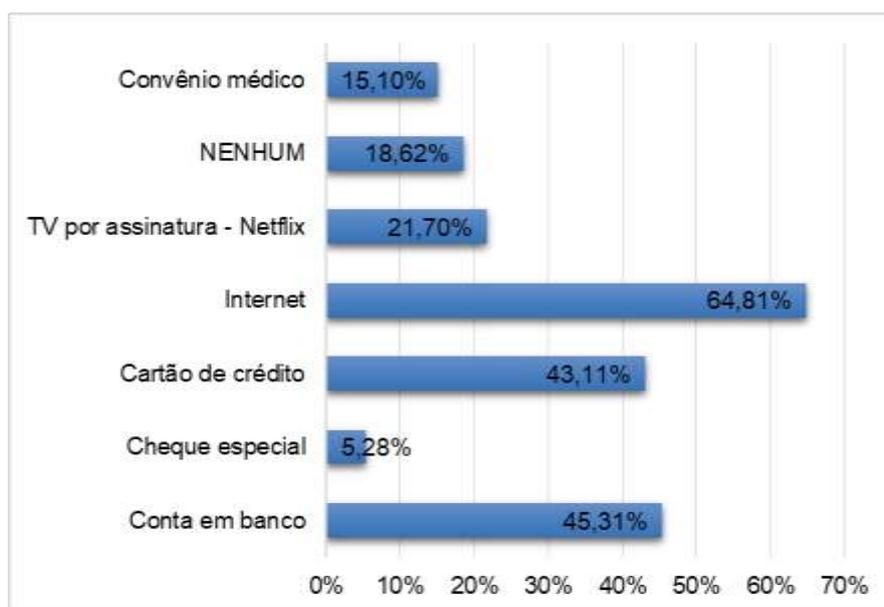
Aprofundando olhar sobre o rendimento dos comerciantes de rua (Tabela 3) é possível acumular a distribuição da renda por faixa de ganhos, ao fazer isso percebe-se que: 55,20% dos trabalhadores ganham menos de 1 salário mínimo; 24,19% ganham entre 1 e 2 salários mínimos; 8,80%, de 2 a 3 salários, 2,20% de 3 a 5 salários; e 0,74% possuem renda acima de 5 salários mínimos.

O IBGE apresentou, em 2016, para Feira de Santana, que 38,7% da população tinha rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. No que tange a população em foco, 55% de suas famílias tem rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Por se tratar de pessoas que estão em um ambiente de informalidade, não era de se esperar um número próximo a realidade geral do município.

Todavia, o que prende a atenção, é o fato de que, 10,85% desses trabalhadores, estão em famílias em que renda per capita é acima de 1 salário mínimo. Tal informação, ao mínimo, levanta um contra-argumento aos teóricos de que a informalidade é uma situação de completa precarização. Lauro Ramos (2003) compreende por informalidade as categorias de precarização, instabilidade e casualidade, as mesmas percepções do DIEESE (2012), que ainda acrescenta os adjetivos de baixa competitividade, sem acesso ao crédito e que não contribuem fiscalmente para o Estado.

Os números do Gráfico 1, referente ao acesso a serviços, e da Tabela 3, apresentam que, o referido contra argumento às concepções teóricas, a respeito da produtividade e da atividade econômica da informalidade, no que tange aos trabalhadores de rua, faz algum sentido, visto que, existem situações em que a rentabilidade desses, os proporcionam desfrutar de certa qualidade de consumo de bens e serviços.

Gráfico 1 – Trabalhadores de rua por acesso a serviços - Feira de Santana, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Para finalizar a compreensão da parte econômica do perfil dos trabalhadores de rua de Feira de Santana, apresenta-se uma descrição de seus acessos a serviços básicos. O Gráfico 1, evidencia que, quando se tratava do consumo desses serviços o mais citado pelos entrevistados (64,81%), foi o acesso à internet, em sequência a conta em banco (45,31%), cartão de crédito (43,11%) e o acesso mais restrito foi ao cheque especial (5,28%). Esta ordem de classificação, guarda semelhança a pesquisa do DIEESE, realizada com os

trabalhadores de rua em Porto Alegre. Mas algumas informações revelam preocupação, 18,62% dos trabalhadores de rua, relataram não ter acesso a nenhum desses serviços, tal situação não foi encontrada pela pesquisa do DIEESE.

Em suma, acredita-se que foi dado conta do objetivo deste capítulo, a descrição do perfil socioeconômico dos comerciantes de rua da região central da cidade de Feira de Santana, com a intenção de identificar quem são esses trabalhadores e quais os papéis que desenvolvem dentro do ambiente familiar e social, de onde vieram, quanto ganham e, conseqüentemente, o quanto esta renda adquirida influencia na economia municipal.

Para efetuar com êxito tal tarefa, realizou-se uma considerável apresentação de figuras, quadros e tabelas provenientes da pesquisa de campo que exprimem as informações necessárias para corroborar com a realidade do comércio nas ruas de Feira de Santana. Deste modo, delimita-se através da confirmação dos dados, uma leve predominância dos trabalhadores de sexo masculino, não brancos, de diversas origens, a maioria possui casa própria quitada, de baixa escolaridade e com renda média superior ao salário mínimo. Além disso, foi identificada a existência de segregação por cor e raça no rendimento do trabalho, nas quais, homens ganham mais que mulheres, e brancos ganham mais que negros.

7. Considerações

Este artigo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua numa metrópole nordestina, tendo como caso os comerciantes que atuam na região central da Feira de Santana. E para tanto, houve um levantamento sobre as questões sociais, culturais, educacionais e econômicas daqueles que produzem no comércio de rua. E o resultado foi que tais trabalhadores compõem uma população bastante heterogênea, entre eles há muita miséria e riqueza, origens e culturas diferentes, há pessoas de diversas partes do Brasil e até do exterior.

Sobre as relações de trabalho é necessário pontuar que quando as crises políticas e econômicas, sejam elas mundiais ou locais, conjunturais e/ou estruturais, acometem a sociedade brasileira, a informalidade que antes funcionou como um viés ao crescimento passa, a partir de então, a ser uma alternativa de sobrevivência para muitos trabalhadores. Além de que, absorve parte dos impactos negativos do desemprego e ajuda a manter certos níveis de consumo ao sistema formal. Acredita-se que a informalidade irá sempre se manifestar, em níveis mais ou menos acentuados, e isso dependerá do nível da crise e organização do Estado Brasileiro.

Em relação aos aspectos teóricos, que de forma breve foi abordado no capítulo dois, cabe destacar que para se desvendar as nuances sociais e econômicas do trabalhador de rua, origens, educação, etnia, segregações e situações domiciliares, foi necessário adotar alguns conceitos: A concepção de que os problemas sociais e urbanos são frutos de processos integrados e sistêmicos, e que as cidades, prioritariamente tem funções comerciais e econômicas (Weber, 1967); de que a informalidade é prioritariamente um fenômeno urbano, que tem relação com a migração, com o desemprego, com a organização espacial e com a exclusão do trabalho (Velho, 1967), (Santos, 1979), (Castel, 1998) e (Habermas, 1993).

Traçando um perfil geral, os trabalhadores de rua têm uma renda média de R\$1.176, baixa escolaridade, 62,8% dos trabalhadores não chegaram a concluir o ensino médio, 9% são analfabetos. Quanto a situação de moradia, uma grata surpresa, 70% tem casas próprias. Em relação a locomoção de suas residências para o local de trabalho, há assimetrias, trabalhadores que pouco locomovem para ir ao trabalho, moram muito perto e outros que moram a 36 Km. Em relação a gênero e sexo, como reflexo da própria sociedade brasileira, é um mercado discriminador, homens brancos ganham mais do que negros e mulheres.

Ao analisar as relações econômicas do trabalhador de rua na cidade de Feira de Santana se buscou desmiuçar como se estabelece as relações econômicas e, percebeu que à sobrevivência desses trabalhadores depende da atividade informal. São 13 mil trabalhadores no geral, 4.000 só no centro, que necessitam trabalhar nas ruas, caso contrário, podem viver em miséria absoluta, pois na cidade, a capacidade de emprego formal é muito pequena, apenas 20% das pessoas em idade trabalho tem emprego com carteira assinada.

Por fim, considera-se que o trabalho de rua em Feira de Santana é de grande variedade, riqueza cultural e alternativa de renda para pessoas de diversas localidades. Destaca-se que foi identificada a existência de segregação por cor e raça no rendimento do trabalho, nas quais, homens ganham mais que mulheres, e brancos ganham mais que negros. O trabalho de rua modifica a geografia e a economia da cidade, a organização social do meio urbano de Feira de Santana tem fortes contribuições pelo encontro de diferentes culturas e saberes que se dá em seu centro comercial. As ruas da cidade alimentam as expectativas de trabalho para pessoas desempregadas de diversas cidades da Bahia e do Nordeste.

Diante dessas considerações, não é possível negar que o comércio de rua produz ocupações que ajudam a economia feirense. São negócios de ocupação irregulares, refém da baixa organização e produtividade tecnológica e, por causa dessas particularidades, consta-se, também, a produção de um caos urbano e ambiental que precisam serem enfrentados pela gestão municipal.

Os achados desta pesquisa denotaram a complexidade do fenômeno da informalidade do trabalho desenvolvido pelos comerciantes de rua de Feira de Santana-BA. Sendo assim, seria bom que outros estudos fossem realizados de modo a descortinar certos aspectos que não foram observados nesta pesquisa. A exemplo, discutir com a sociedade a construção de um projeto de urbanização que não exclua os trabalhadores de rua, e sim, que os incorpore definitivamente no Centro da cidade. Seria uma política pública municipal pensada coletivamente, com estratégias que mantenham a vocação econômica da cidade, mas de forma que os danos urbanos gerados pelos ambulantes sejam minimizados. Entre as possibilidades cita-se a de transformar a rua Marechal Deodoro e a avenida Senhor dos Passos em imensos calçadões para facilitar o fluxo de pedestres e possibilitar uma melhor organização dos comerciantes rua.

Notas

1. Este artigo é fruto dos dados do capítulo 7 da Tese de Doutorado intitulada *A Dinâmica Do Trabalho Numa Metrópole Regional Nordestina: uma análise da natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana – BA*, apresentada e aprovada em setembro de 2019 ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador.

2. “Classifica-se como “conta própria” a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado, de membro da unidade domiciliar em que reside” (IBGE, 2008, p. 8).

Referências

Antunes, R. (2009). *A. Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.

AVAMFS (2020) - Associação dos Vendedores Ambulantes de Feira de Santana. Feira de Santana.

Cacciamali, Maria Cristina. (2002). *A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza*. São Paulo: Fipe.

Cacciamali, M. C. (jun, 2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, (14), 153-174.

Cacciamali, M. C. (1983). Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: Ed. IPE. (Série Ensaio Econômicos, n. 26).

CAGED. (2019). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério da Economia.

Castel. R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dieese. (2012). Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre: Informações Qualitativas e Quantitativas. Subsídios para uma política de formalização. Porto Alegre.

Druck, G. (2000). Velhos e novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador - BA. Projeto individual de Pesquisa-CNPq. Salvador: CRH/UFBA.

Habermas, D. (1993). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, in *Revista Espaço e Debates*, nº 06, São Paulo: Cortez.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. Agência IBGE Notícias. Série Estatísticas Sociais. 2019. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias?editoria=sociais>

IBGE. (2006). Economia Informal Urbana. Rio de Janeiro.

IBGE. (2018, fevereiro). Informalidade aumenta e continua a reduzir o desemprego. IBGE. linha do tempo – síntese da história do IBGE. Recuperado de <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>

IBGE. (2008, janeiro). Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques. Rio de Janeiro.

Ludke, M., & Andre, M. E. D. A. (2013). Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa. São Paulo: E.P.U.

Koche, J. C. (2011). Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis: Vozes. Recuperado de http://www.brunovivas.com/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/K%C3%B6che-Jos%C3%A9-Carlos0D0AFundamentos-de-metodologia-cient%C3%ADfica-_teoria-da0D0Aci%C3%A0ncia-e-inicia%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-pesquisa.pdf

OIT. (2006). A OIT e a Economia Informal. Lisboa, OIT.

OIT. (2002). O trabalho digno e a economia informal. Geneva: ILO.

OIT. (2009). Perfil do trabalho decente no Brasil / Escritório da Organização Internacional do Trabalho. – Brasília e Genebra: OIT.

OIT. (2018). Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition)/ International Labour Office – Geneva: ILO.

Pamplona, J. (2004). A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). São Paulo. PMSP/EMURB/CEBRAP.

PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (2018). Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 2019.

Queiroz, F. A. de. (2012, dezembro). A economia Informal e o Simples Nacional. Dissertação. Salvador: UNEB.

Ramos, L., Brito, M. (2003, novembro). O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Revista Mercado de Trabalho. 22. 31-47.

Santa Maria: UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf.

Santos, M. (1979). O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A.

Souza, L. N. de. (2007). Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS. Salvador: UFBA.

Velho, O. G. (1967). O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro.

Weber, M. (1967). Conceito e categorias da cidade In: Velho, Otávio Guilherme. O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Francisco Alves de Queiroz – 50%

Laumar Neves de Souza – 20%

Renato Barbosa Reis – 20%

José Gileá de Souza – 10%